



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



MIRIAM DE JESUS COSTA

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JAICÓS- PI

**PICOS – PI
2018**

MIRIAM DE JESUS COSTA

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JAICÓS- PI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador:

Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C837f Costa, Miriam de Jesus

Fechamento de escolas do campo no município de Jaicós- PI /
Miriam de Jesus Costa.– 2018.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (43 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura Plena em
Educação do Campo Ciências da Natureza) – Universidade Federal
do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos

1. Fechamento de Escolas no Campo. 2. Educação do
Campo. 3. Escola no Campo. I. Título.

CDD 370.11

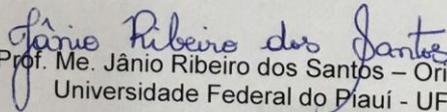
MIRIAM DE JESUS COSTA

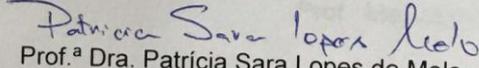
FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JAICÓS- PI

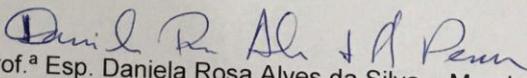
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora:


Prof. Me. Jânio Ribeiro dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Piauí - UFPI


Prof.^a Dra. Patrícia Sara Lopes de Melo – Membro
Universidade Federal do Piauí - UFPI


Prof.^a Esp. Daniela Rosa Alves da Silva – Membro
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Dedico este trabalho a minha família, amigos, parentes, esposo e aos profissionais da UFPI, que com palavras e/ou gestos me instigaram a prosseguir na luta. A todas as pessoas que cruzaram o meu caminho durante essa busca pela construção do conhecimento e de alguma maneira, direta ou indiretamente, contribuíram de forma positiva na realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido forças e perseverança para continuar em meio a tantas dificuldades. Quando sentia minha vida naufragar, Ele me tirava das tribulações e me colocava em um lugar seguro.

Sou grata também aos devaneios da vida, pois os mesmos, possibilitaram que eu chegasse até aqui. Em especial, a minha indescritível família, meus pais; Engrácia e Paulo, esposo, Gilson Santana, sogros e cunhados (as) que foram meus maiores inspiradores e incentivadores, nos momentos em que minha mente sobrecarregada me fazia pensar em desistir dos meus sonhos, eles me falavam para prosseguir, e que nenhuma dificuldade era maior que a minha vontade de vencer.

A Dona Rosa, assistente pedagógica, e carinhosamente chamada por nós do curso, de “mãe da LEdoC”. Sempre disposta a nos ouvir e “puxar em nossas orelhas” quando nos atrasávamos na entrega dos trabalhos acadêmicos. Suas contribuições serão levadas por toda minha vida.

Por último, mas não menos importantes, a TODOS os professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pelos conhecimentos transmitidos, paciência e o carinho de cada um.

Meus sinceros agradecimentos a todos!

O HOMEM DO CAMPO

Esse homem com suas mãos calejadas
De trabalhar no roçado a vida inteira,
Valorizando a sua vida. A sua morada
É uma rústica casa de taipa na ribeira.

Logo cedo segue em busca de alimento
Que é produto do suor que ele derrama,
Volta tarde, mas o seu contentamento
É tão grande que ele ri, e não reclama!

Esse homem é o destemido sertanejo
Corajoso, perspicaz, mas sem vaidade,
Faz o bem e a caridade num lampejo!

Do trabalho desse homem de bondade
Resulta o pão de cada dia, com ensejo,
Para todos lá do campo e das cidades!

José Resendo

RESUMO

O presente trabalho tem como **objeto de estudo** o fechamento de escolas do campo.

A investigação tem como **problema de pesquisa**: Como se deu o processo de fechamento de uma escola situada no campo, no município de Jaicós/PI?

Para tanto, o **objetivo geral** do estudo foi investigar os processos legais de fechamento de escolas do campo no município de Jaicós-PI, no que se refere as causas e impactos para os estudantes. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, e uma entrevista semiestruturada como instrumento de produção dos dados. Os sujeitos da pesquisa foram cinco moradores da comunidade. A relevância do trabalho está em produzir e apresentar resultados científicos para os gestores municipais, para a comunidade escolar e a sociedade civil, para que possam buscar alternativas capazes de solucionar a problemática em questão. A partir dos dados produzidos verificamos que a comunidade não participou do ato de fechamento da escola e que direitos foram negados a esses moradores. Concluímos que algumas leis foram negligenciadas e que a comunidade ainda não sabe do significado e do poder que os mesmos possuem ao lutarem de forma organizada para reivindicar seus direitos sociais, especialmente o direito a uma educação escolar pública, gratuita e de qualidade no campo. Além disso, os dados apontaram que o fechamento da escola trouxe uma série de impactos negativos para os estudantes e a comunidade, sem contar que este ato representa um retrocesso para a Educação do Campo.

Palavras-chave: Fechamento de Escolas no Campo. Educação do Campo. Escola no Campo.

ABSTRACT

The present study has as object of study the closure of rural schools. The research has as a research problem: How did the closing process of a school located in the countryside, in the municipality of Jaicós / PI?

Therefore, the general objective of the study was to investigate the legal processes of closing schools in the municipality of Jaicós-PI, regarding causes and impacts for students. A qualitative research was conducted, and a semi-structured interview was used as a data production tool. The subjects of the survey were five community residents. The relevance of this work is to produce and present scientific results for municipal managers, the school community and civil society, so that they can seek alternatives capable of solving the problem in question. Based on the data produced, we verified that the community did not participate in the closing of the school and that rights were denied to these residents. We conclude that some laws have been neglected and that the community still does not know the meaning and power they have in struggling in an organized way to claim their social rights, especially the right to free, quality, public school education in the countryside. In addition, the data showed that the closure of the school brought a series of negative impacts to the students and the community, not to mention that this act represents a setback for the Field Education.

Key words: Closure of Schools in the Field. Field Education. School in the Field.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Frente da Escola Municipal De Tiririca.....	27
FIGURA 2 – Muro interno da Escola Municipal De Tiririca.....	28

LISTAS DE ABREVIATURAS

CNEC - Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo

ENERA - Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

MEC - Ministério da Educação

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Sem-Terra

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS.....	16
2.1 Educação do Campo: breves apontamentos.....	16
2.2 Fechamento de escolas x Legislação vigente.....	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1 Caracterização da pesquisa.....	26
3.2 O campo empírico e sujeito de pesquisa.....	26
3.3 Produção dos dados.....	28
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES ACERCA DOS DADOS PRODUZIDOS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE A- DECLARAÇÃO DE SIGILO ÉTICO-CIENTÍFICO.....	39
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.....	40
APÊNDICE C- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	41
ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	42
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA "JOSÉ ALBANO DE MACEDO".....	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como **objeto de investigação** o fechamento de escolas do campo. Essa proposta foi desenvolvida em Jaicós- Piauí, campo de pesquisa do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, esta pesquisa é requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II).

O interesse por essa pesquisa se deu pelo fato da graduanda ter estudado em escola do campo da 1ª até a 4ª série do Ensino Fundamental I, e trabalhar atualmente na zona urbana, podendo comparar as duas realidades. Isso ocorreu anos de 2001 a 2003, nesse período, minha família e eu, morávamos no interior e como a maioria dos camponeses, tirávamos nosso sustento majoritariamente dos serviços voltados para a agricultura. O transporte até a escola era feito a pé, havia transporte para os alunos que se deslocavam para outra localidade ou cidade, para ter acesso ao Ensino Fundamental II.

A partir dessas experiências, observei grandes problemas que afetam o funcionamento da escola do campo, dentro os quais podemos citar: a inexistência de salas para acomodar os alunos, prédio debilitado com rachaduras no piso, teto sem forro, sala multisseriada, um professor apenas para atender uma classe com três turmas mescladas.

O exemplo explicitado não é algo isolado, uma vez que a realidade da educação no campo a nível nacional é marcada por uma deficiência significativa, que revela problemas nas escolas do campo. Os problemas que afetam a educação no campo no Brasil, segundo Taffarel (2010), transcendem de questões históricas, financeira, gestacional escolar e de formação de professores da área.

Segundo o Panorama da Educação do Campo (2007, p. 8), os principais problemas, supostos causadores da defasagem do ensino no campo, são:

A insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; a falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados, que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas, com educação de baixa qualidade; a falta de

atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade/série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana; a reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a falta de um calendário escolar adequado às necessidades dos trabalhadores do campo, que diverge dos interesses do agronegócio. (BRASIL, 2007, p. 8)

Neste sentido, verificamos algumas das barreiras que impedem a promoção de um ensino de qualidade para as crianças, jovens e adultos no campo, enquanto direito social.

Segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MST *apud* INEP 2014), nos últimos 15 anos mais de 37 mil escolas do campo foram fechadas, sendo 4.084 só em 2014, na região Norte/Nordeste, 872 na Bahia, 407 no Maranhão, 377 no Piauí, 375 no Ceará, 332 no Pará; na região Sul/Sudeste, 290 em Minas Gerais, 107 Rio Grande do Sul, 84 em Santa Catarina, 59 em São Paulo e 48 no Espírito Santo.

Soma-se a este contexto problemático, o fechamento de escolas do campo. Conforme Peripolli, Zoia (2011, p. 7) “em menos de 10 anos, o número de escolas do campo que eram 107.432, em 2002, foi reduzido para 83.036. Ou seja, mais de 24 mil escolas tiveram suas portas fechadas”

Para barrar o avanço dessa política perversa os sujeitos do campo devem se organizar por meio de movimento de luta social e sindical. É hora, mais uma vez, de reivindicar os direitos que lhes foram negados historicamente, questionar a ausência e/ou a insuficiência das políticas educacionais para o campo, especialmente, que não precisem sair do lugar em que vivem e sobrevivem para ter acesso a uma escola. A luta deve ser por políticas públicas que verdadeiramente venham suprir as suas necessidades e possibilitar as condições de permanecer e viver dignamente no campo

Diante do exposto, desenvolvemos uma pesquisa acerca do fechamento de escolas do campo no município de Jaicós/PI. Em 2014, segundo Borges (2017), no município foram fechadas 5 escolas no campo, o que corresponde 1,33 % em relação ao total de escolas fechadas em todo o estado, afetando um total de 120 alunos. Para tanto, formulamos o **problema de pesquisa** por meio da seguinte pergunta: Como se deu o processo de fechamento de uma escola situada no campo, no município de Jaicós/PI?

A pesquisa tem como **objetivo geral** investigar o processo de fechamento de uma escola situada no campo, no município de Jaicós-PI. Como objetivos específicos elaboramos:

- Identificar as estratégias utilizadas pelos gestores acerca do processo de fechamento das escolas do campo;
- Analisar as leis que asseguram o funcionamento das escolas do campo, bem como as que normatizam o fechamento;
- Conhecer as consequências do fechamento das escolas no campo para os estudantes e comunidades.

A **hipótese** é a de que o fechamento das escolas do campo está relacionado ao modelo de desenvolvimento do campo, expresso pelo agronegócio. Há dois caminhos divergentes para o desenvolvimento do campo, o da agricultura capitalista (expresso pelo agronegócio) e o da agricultura camponesa. Na perspectiva do agronegócio

[...] o campo é ainda um lugar do atraso, que precisa ser modernizado pela agricultura capitalista, que se realiza a partir do trabalho assalariado e do controle do mercado (o campo deve se tornar um lugar de negócios) e a da agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida/alimentos, culturas e não meramente de produção econômica (campo construído como lugar de trabalho, que gera vida com dignidade) (TAFFAREL, JÚNIOR, ESCOBAR, 2010, p. 51).

Dessa forma, a chegada do agronegócio no campo, causa o esvaziamento da população, e maior disponibilidade de terras para os grandes latifundiários desenvolverem sua prática mercantilista.

A relevância do trabalho está ligada às lutas dos camponeses que, entre outros aspectos, buscam assegurar o direito educacional referenciado em suas demandas e necessidades. Além disso, a nossa pretensão é produzir e apresentar resultados científicos aos gestores municipais, à comunidade escolar e à sociedade civil, para que possam buscar alternativas que solucionem a problemática em questão.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho foi organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo trata sobre a Educação do Campo, o fechamento das escolas e a legislação vigente. O segundo apresenta as análises e discussões acerca dos dados produzidos.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS

2.1 Educação do Campo: breves apontamentos históricos

A Educação do Campo está relacionada com as lutas dos camponeses que, entre outros aspectos, buscam assegurar o direito educacional destes sujeitos referenciado em suas demandas e necessidades.

Segundo Molina (2015) os movimentos sociais do campo, com apoio de alguns setores de universidades, foram atores em uma campanha pela aceitação e construção da revolucionária Educação do Campo, após ganhar grande influência na educação brasileira, já que a Educação do Campo prega melhorias aos direitos humanos e defende a diversidade étnica- cultural.

A Educação do Campo é uma conquista resultante de várias lutas e reivindicações de grupos sociais do campo. Uma classe trabalhadora oprimida pelo Estado, mas que sempre encontra forças para lutar, ao ver um companheiro coberto de sangue, por exemplo, mas que não cala seu grito diante da opressão. Nesta luta têm destaque a atuação de dois movimentos, quais sejam: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O MST, segundo Fernandes (2012), “tem sido muito atuante na busca de seus objetivos de luta pela terra. Sua história está associada à luta pela Reforma Agrária e ao desenvolvimento do Brasil”. Visa além da terra, direitos que garantam a permanência e sobrevivência dos mesmos nesse espaço, como exemplo expomos a Educação do Campo. O MPA, de acordo com Gorden (2012, p. 494),

Tem como mensagem política a produção de alimentos saudáveis, com respeito à natureza, para alimentar o povo brasileiro, e vem construindo uma proposta, a partir do campo, para a sociedade como um todo, a qual chama de Plano Camponês.

Esse movimento, exalta o modo de produção da agricultura camponesa, buscando uma melhor qualidade de vida, em termos de saúde, pois os alimentos tendem a ser orgânicos, e econômicos, uma vez que a venda dos produtos gera renda para os povos do campo.

No campo, o ensino ofertado, era o mesmo pautado em paradigmas urbanos. Os povos do campo, sentiram a necessidade de ter uma educação que atendesse as necessidades do camponês, respeitando sua forma de vida e com

currículo particular ao campo. Os movimentos de luta e simpatizantes da ideia, organizados, começaram então a pensar em uma educação diferente da educação no campo, que vem formulada em padrões urbanos, sendo esta chamada de Educação do Campo¹.

Para tanto, segundo Molina (2015), em julho de 1997, realizou-se o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no qual foram discutidas metodologias de melhoramento do ensino e formas de erradicar o analfabetismo, além de outras questões. A execução desse encontro foi fruto da união de movimentos e programas simpatizantes dessa nova ideia de educação do campo.

Segundo Caldart (2004), no ano de 1998 realizou-se a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, também discutiram políticas públicas e melhorias para essa Educação. A partir desses debates, em abril do mesmo ano, foi lançado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O PRONERA tinha o propósito de dar assistência ao público que se reconhecesse como população do campo². Contribuiu positivamente para a educação dos povos do campo e procura alcançar melhores formas de favorecer um melhor ensino para esse povo.

No ano de 2004 o II Plano Nacional da Reforma Agrária ocorreu com a participação direta dos movimentos sociais. Nesse evento, houve a reivindicação por parte dos movimentos sociais, de implantação e execução de políticas públicas de imediato em comunidades camponesas. Esse é um grande marco da participação direta dos movimentos sociais pela busca de avanços na educação do campo.

Nesse momento, o país passava por constantes conflitos pela educação, como salienta Caldart (2004, p. 89):

O campo está em movimento: há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos dos trabalhadores que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. A educação

¹ Nestes 10 anos de existência, o Pronera alfabetizou, escolarizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos atendidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Sempre em parceria com mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas-família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação (SANTOS, p. 12, 2008).

² Segundo Caldart (2009, p. 41), na sua origem, o 'do' da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é 'para' e nem mesmo 'com': é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... Um 'do' que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade.

básica do campo está sendo produzida neste movimento, nestas dinâmicas sociais, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam; existe uma nova prática de escola que está sendo gestada neste movimento.

Percebemos que a construção da Educação é gestada pela participação da classe trabalhadora organizada em movimentos de luta social e sindical popular. Neste sentido, estes sujeitos conquistaram um importante instrumento legal que foi o Decreto nº 7.352/2010.

De acordo com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Educação do Campo deve abranger uma diversidade de sujeitos do campo, formada por:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p. 1).

Ainda de acordo com o Decreto, escolas do campo, ao contrário do que muitos pensam não é somente aquela situada no perímetro geográfico do campo. “elas podem ser também aquelas que estão geograficamente localizadas na zona urbana e que atende majoritariamente alunos vindos do campo” (BRASIL, 2010, p. 1). Algumas escolas situadas na zona urbana podem ser consideradas escolas do campo, pelo fato de, não ter no campo, o Ensino Fundamental II e Ensino Médio para que os alunos possam concluir os estudos, então são conduzidos até uma escola urbana para ter acesso ao ensino.

A Educação do Campo defende uma concepção de educação e escola alicerçada nos interesses da classe trabalhadora. Segundo Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 52)

A Educação do Campo é um projeto de educação que está em construção com nexos no projeto histórico socialista. É um projeto da classe trabalhadora do campo. Tem como protagonistas os próprios camponeses e trabalhadores do campo, suas lutas e organização e suas experiências educativas, que incluem a escola, mas vão além dela. Ela se contrapõe à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana. O papel da educação também é

o de formar sujeitos críticos, capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação.

Notamos que a Educação do Campo se diferencia da educação escravagista que prepara a classe trabalhadora apenas para o trabalho braçal e alienadora a mente daqueles que não encontraram na educação, algo libertador.

Ainda de acordo com os autores Santos, Paludo, Oliveira (2010, p. 52)

A Educação do Campo compreende o trabalho como produção da vida. É nesta totalidade que a relação educação e trabalho ganha significado e se diferencia da perspectiva do capital. O trabalho não é entendido como ocupação ou emprego, como mercadoria que se denomina força de trabalho. Ele é compreendido como uma relação social que define o modo humano de existência, que, além de responder pela reprodução física de cada um, envolve as dimensões da cultura, lazer, sociais, artísticas (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010, p. 52).

Neste contexto, o trabalho não é tratado como mercadoria, que atende aos estigmas capitalistas. É um meio de transformar a produção de trabalho em arte, e inserir o resultado desse esforço nas salas de aula para evidenciar e fortalecer as dimensões artísticas e sociais do sujeito camponês.

Para tentar deixar para trás essa educação reprodutivista, alguns educadores buscam integrar aspectos da Pedagogia Histórico Crítica no ensino, no sentido de formar sujeitos transformadores de sua realidade.

Para viver essa educação transformadora, Saviani ([1980] 2013, p. 3-4) elenca alguns elementos que compõem a função social da escola, quais sejam:

(I) elevar o nível cultural das classes populares. E aqui se encontra a importância fundamental da educação escolar; (II) fazer a crítica da concepção dominante, isto é, as ideologias da classe burguesa; (III) trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido, o bom senso, e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (BARTILANI. GASPARIN, 2015, p. 5 *apud* SAVIANI, [1980] 2013, p. 3-4).

Porém, a concepção de educação predominantemente defendida, especialmente entre as políticas governamentais, ainda é a da Educação Rural. Conforme Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 52)

Educação rural [...] tem seu alicerce numa visão instrumentalizadora da educação, em que é suficiente para o povo do campo uma alfabetização funcional, pautada num projeto de reprodução do capital.

No campo o ensino chegava (e ainda chega) centrado num paradigma urbana, que fundamenta a Educação Rural, pois

No Brasil, a chamada “Educação Rural” foi concebida considerando o campo como lugar do inferior e do atraso. Nesse processo, a educação das pessoas que vivem no campo foi tomada como algo menor e sem importância. (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA. 2010, p. 50).

O Brasil deve ser visto como lugar de diversidade social e cultural camponesa, como local de produzir e reproduzir a vida, que requer a garantia dos direitos sociais como reforma agrária popular, saúde, educação, moradia, lazer, para que possam viver dignamente.

Na luta pela transformação social e educacional do campo se insere a formação dos educadores. A partir das reivindicações dos movimentos sociais desfrutamos de um curso que visa colocar os sujeitos do campo dentro da universidade, para que tenham uma formação crítica e humana. Para Arroyo (2010, p. 488),

[...] Formação de Professores do Campo, indígenas, quilombolas chega uma diversidade social, racial, étnica, dos campos que não chega nos 31 cursos regulares de pedagogia e de licenciatura. Essas experiências de formação podem representar processos de democratização das universidades, dos cursos e currículos de formação.

Em 2007,

Com a pressão dos movimentos sociais, instituiu-se o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que nasceu como programa de alternância, curso regular com especificidade aos conhecimentos e vivências do campo e no mesmo ano, as universidades decidiram abrir um espaço e dar ofertar essa nova proposta de Ensino superior nas universidades públicas, após 10 anos de lutas, veio a Licenciatura em Educação do Campo, aprovada pelo MEC (Ministério da Educação) (MOLINA, ROCHA, 2014, p. 236).

Atualmente, as Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoCs), estão disponíveis em vários estados do nosso país, e sempre articulando programas de apoio ao curso, que possam proporcionar uma maior qualificação ao acadêmico, durante o processo de graduação.

Além disso, a defesa pela Educação do Campo não se restringe à formação pedagógica dos profissionais. O Estado deve garantir infraestrutura adequada, como prédio escolar bem preparado com equipamentos de apoio à pesquisa e outros itens fundamentais para a prática docente, condições de trabalho e salários dignos para os educadores são algumas das possíveis contribuições para se ter uma educação de qualidade.

Uma das contribuições da Educação do Campo para o campo é qualificar profissionalmente os sujeitos camponeses para contribuir com o mesmo, seja como professor, médico, agrônomo, enfermeiro, usando seus talentos profissionais para favorecer a sociedade a que ele pertence, não precisando assim sair de seu lugar para se formar e exercer sua profissão.

A formação docente para o campo é um critério considerado relevante para que haja Educação do Campo. Através dela, o professor poderá conhecer a realidade camponesa, o que ajudará no momento de elaborar metodologias de ensino, ou seja, escolher as práticas a serem desenvolvidas em aula, de acordo com a realidade do aluno.

2.2 Fechamento de Escolas no Campo versus Legislação vigente

Ao fechar uma escola, acaba-se também as perspectivas de transformação do sujeito, podendo o torná-lo um ser alienado, incapaz de buscar dependência nas relações de grupo e individual, sem criticidade para escolher, tomar decisões e assumir seus deveres perante a sociedade. Nesta perspectiva, Taffarel e Munarim (2015, p. 45)

Considerando que a Educação tem sua especificidade e natureza delimitada ontologicamente nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escolas representa um violento ataque à própria humanização da população da nação brasileira. Configura-se um crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, florestas e águas.

Porém, muitos dos governantes não se importam com tantos fatores negativos que tal medida poderá causar. Essa constatação pode ser observada quando se faz deslocamento de alunos em transportes irregulares até a escola. Outra realidade é a superlotação dos estudantes em turmas com salas

multisseriadas, o que poderá levar o atrofamento cognitivo dos alunos e a sobrecarga de professores, caso não sejam garantidas as condições ideais para oferta de uma educação de qualidade. Os sujeitos do campo devem continuar lutando organizados em movimentos sociais e sindicais populares pela permanência das escolas em suas comunidades e pela garantia da institucionalização da Educação da Campo, enquanto direito social. Tais medidas descumprem o direito social dos estudantes e camponeses de terem a oferta de uma educação pública de qualidade no campo, próximo da sua residência, como garante a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação é um direito fundamental, como podemos ver disposto no art. 6º da Constituição Federal.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015). (BRASIL, 2016, p. 18).

Por meio desses direitos básicos, o cidadão possui condições legais de viver dignamente em sociedade, gozando dessas atribuições e cumprindo os deveres de sujeito social. Valendo lembrar, que nem sempre os direitos sociais são dispostos à sociedade como manda a Constituição, nesse caso, cabe a população se unir para reivindicar o cumprimento desse direito.

Defendendo o direito de crianças e adolescentes, o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, traz em seu Art. 53, as palavras abaixo no tocante da educação para esses sujeitos.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência

(BRASIL, 2017, p. 46).

Assim com plenos direitos educacionais estabelecidos, é preciso saber se na prática estão sendo realizados, fazendo assim, com que chegue até as crianças e adolescentes a educação para a preparação da vida social posteriormente desses

sujeitos, bem como a permanência dos mesmos na escola e de preferência próxima a sua residência, proporcionando o exercício legal da lei.

Após muitas lutas, batalhas, críticas e reivindicações protagonizadas pelos trabalhadores do campo organizados, o poder público sancionou a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que acrescenta parágrafo único no art. 28 da Lei nº 9.394/96, sobre procedimentos que devem ser assegurados acerca do fechamento das escolas, a saber:

Art. 28. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014, p. 13).

Assim, fechar escola sem cumprir tais procedimentos agora é crime, pois é obrigatório que se faça uma avaliação sobre o funcionamento da escola, o número de alunos que comporta, a participação da comunidade, se é a favor ou não dessa decisão, tentando de todas as formas sanar as possíveis justificativas dadas pelo Estado, para fechar a escola. O fechamento das escolas do campo é pautado em uma lógica de custo-benefício, visto que têm como objetivo

[...]reduzir gastos, mais especificamente, os municípios, – em decorrência da municipalização do ensino básico – optaram pelo fechamento de diversas escolas no campo e, através do processo de nucleação, reuniram os estudantes das unidades – cada vez com menos alunos – e que vêm sendo desativadas, passam a ser atendidas em escolas-pólo: inicialmente, dentro das próprias comunidades/campo e, num segundo momento – conforme foi diminuindo o número de alunos em escolas maiores, nos centros urbanos/cidades (PERIPOLLI, ZOIA, 2011, p. 195).

Com tal medida acaba conduzindo um grande número de estudantes do campo para a cidade. Além disso, os governantes podem acabar provocando outros grandes problemas, como o superlotação dos centros urbanos e o esvaziamento do campo. Este último, faz-se critério da lógica do agronegócio.

Em outros termos, as políticas de estado/governo estão voltadas a atender os interesses de um projeto de campo que interessa ao projeto do capital: agronegócio, e não os interesses de quem tem a terra como um bem voltado à produção do sustento da família (terra de trabalho). (PERIPOLLI, ZOIA, 2011, p. 195).

Os estudos realizados por Molina (2015), Taffarel e Munarim (2015) e Vendramini (2015) sobre questões voltadas ao fechamento de escolas do campo apontam também o agronegócio como o principal protagonista - vilão desse ato, regido pelas mãos dos capitalistas da nossa sociedade, que buscam terras e mais terras para estabelecer indústrias agrícolas. O agronegócio visa o lucro com plantações em larga escala, fazendo uso de agrotóxicos, e de quebra retornam esse produto em forma de alimentos contaminado para a sociedade.

Diante de tantas afrontas, os movimentos sociais já têm se levantado contra esse grande vilão capitalista. Nós enquanto cidadãos, e do campo, precisamos nos revestir de conhecimento nessa área, para reivindicar nossos direitos legais, todos levantarmos contra, para criar estratégias de resistência à presença do agronegócio, se não na sociedade, mas pelos menos no nosso pedaço de terra do qual ainda temos direito.

No ano de 2014 houve um grande número de escolas fechadas e em maior número no campo. Esse fator juntamente com a aclamação dos movimentos sociais que lutam pela Educação do Campo, fizeram com que a presidência da república, sancionasse uma lei que assegurava: “fechar escola é crime”. Vejamos a análise de Taffarel sobre a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. (TAFFAREL, p.47, 2015).

Segundo Taffarel (2015), no Art. 28. Parágrafo único, antes de fechar uma escola, o prefeito ou representante da secretaria de educação deve se reunir com o conselho municipal, no qual haverá representantes da comunidade escolar e da sociedade civil, neste momento será alegado e justificado pelo prefeito e/ou secretário, as causas do fechamento da instituição de ensino aos populares, e todos os envolvidos nesta reunião farão uma análise dos impactos dessa ação.

Apesar dessa lei que dá judicialmente força no processo de embate contra o fechamento de escolas, os números sobem de forma acelerada, assim os camponeses devem se organizar para continuar lutando para execução efetiva da lei.

De acordo com a Portaria 391/2016 em seu Art, 2º, o processo de fechamento de escolas deve considerar o que diz o Parágrafo único:

I - a justificativa e o diagnóstico da situação apresentados pela Secretaria de Educação; II - a análise diagnóstica do impacto da ação proposta; e III - a manifestação da comunidade escolar, no âmbito do respectivo território etnoeducacional ou território rural, se escola indígena ou do campo, onde houver (BRASIL, 2016, p. 40)

Nesse momento deverá ser repassado para comunidade, o motivo do fechamento, os impactos para a população na educação, cultural e vivências desses povos do campo, e a comunidade escolar deve manifestar-se de forma civilizada sobre esse ato.

O art. 5º, trata de colocar a participação no processo de fechamento, de pais, profissionais, e famílias da comunidade, previamente comunicados e suas atuações registradas por assinaturas. Veja abaixo:

Parágrafo único. Deve ser estimulada a participação de pais, alunos, profissionais da educação, conselhos escolares e demais integrantes das comunidades envolvidas, previamente convocados, garantida a publicidade do ato e suas deliberações devidamente registradas em Ata com a assinatura dos participantes (BRASIL, 2016, p. 40).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Para que possamos investigar as determinações legais acerca do fechamento das escolas do município que será investigado, precisamos nos valer da pesquisa científica.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, p. 17).

Nesta direção, elegemos a pesquisa qualitativa. A **pesquisa qualitativa** é definida como um “processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002, p. 133.)

3.2 O campo empírico e os sujeitos de pesquisa

O campo empírico da pesquisa é uma comunidade camponesa do município de Jaicós. A comunidade é composta por algumas dezenas de famílias que vivem, em sua maioria, de serviços voltados para a agricultura de resistência. Não podemos dizer que vivem exclusivamente da agricultura, porque a renda tirada da lavoura, não é suficiente para sobreviver. Segundo o depoimento dos entrevistados, a renda familiar é complementada pelo Bolsa Família.

Na comunidade, observamos a criação de animais diversos, resistentes ao bioma da região, a caatinga, como é o caso dos caprinos. Segundo os moradores, criar animais é um apreço, além de uma fonte de renda, também é um divertimento. Para os moradores da comunidade outra opção de ganhar dinheiro, é procurar “bicos” - trabalho temporário - para trabalhar. Essas duas atividades citadas acima, juntamente com o auxílio do Bolsa Família, são as principais fontes de renda dos moradores da comunidade Tiririca.

Essas pessoas alegam procurar empregos temporário, porque na maioria das vezes, o número de pessoas dentro de casa, exige maior demanda de materiais básicos de alimentação e vestimentas. O trabalho temporário é apenas quando surge oportunidade, eles desempenham as seguintes funções servente de pedreiro, descarregador de carrada de material de construção ou trabalho nas roças (fazer cerca, arrancar toco...).

A Escola Municipal de Tiririca (FIGURA.1) foi fechada no ano de 2009, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação. Nela funcionava o Ensino Fundamental I, da 1ª a 4ª série, recebe o mesmo nome da comunidade, que também, faz referência ao açude Tiririca que abastece a cidade de Jaicós-PI. O açude fica situado a alguns metros da escola.

Figura 1: Frente da Escola Municipal De Tiririca.



Fonte: Miriam Costa, 2018.

O prédio possui aspectos físicos deteriorados, abrigando em suas instalações alguns animais, que vivem soltos na comunidade, como caprinos, ovinos e suínos (Figura 2), e é morada fixa de pardais, que constroem em seu telhado, ninhos para acolher seus filhotes durante seu processo de reprodução. Buracos no muro e o portãozinho de entrada da escola, dão fácil acesso a esses bichos no abandonado prédio escolar.

Figura 2: Criadouro de suínos no prédio da escola.



Fonte: Miriam Costa, 2018.

As instalações do prédio são compostas por duas salas de aula, uma sala multifuncional (sala de professores, secretaria e biblioteca), um banheiro masculino, um banheiro feminino e um pátio.

O prédio da instituição, encontra-se numa distância de mais ou menos 3 km da cidade de Jaicós-PI e fica localizado na região central da comunidade.

Os sujeitos da pesquisa foram quatro pais de estudantes e uma moradora da comunidade. Para preservar a identidade daqueles que colaboraram, participando da entrevista, foi lhes atribuído codinomes: entrevistado 1- Maria; entrevistado 2: José; entrevistado 3: Josefa; entrevistado 4: Antônia; e, entrevistado 5: André. Optamos em escolher os sujeitos que moram muito próximo a escola, e que tinham na época, filhos e/ou parentes estudando, além de uma moradora que via e acompanhava o funcionamento da instituição.

3.3 Produção dos dados

Os dados foram produzidos a partir da entrevista semiestruturada. A **entrevista semiestruturada**, “por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde (GIL, 2002, p.115). Neste momento, perguntamos para as pessoas da comunidade, acerca de estratégias e justificativas dadas pelos gestores municipais sobre o fechamento da escola, conforme Apêndice C.

4- ANÁLISES E DISCUSSÕES ACERCA DOS DADOS PRODUZIDOS

Os entrevistados se sentiram muito à vontade para falar sobre o que foi perguntado, bem empolgados até eu diria, porém bem sucintos em suas respostas. Foi notório, que os homens se sentiram mais desconfiados em participar da pesquisa. Quando expliquei o objetivo do trabalho, as mulheres, talvez por serem mais presentes na vida escolar dos filhos, sentiram mais empatia pelo tema, que também evidencia para elas um descaso com a comunidade.

A primeira indagação da entrevista foi sobre como ocorreu o fechamento da escola e se houve diálogo entre a comunidade e responsáveis pelos órgãos públicos. De acordo com Antônia não houve diálogo, na sua fala “não, não! Ficamos sabendo que ia fechar, foi só assim mesmo!” As respostas dos demais participantes foram na mesma direção. Josefa comentou: “eu ainda ouvi uns boatos do povo daqui dizendo que não iria parar de funcionar, pensei que fosse besteira, porque nunca vi os meninos chegar da escola dizendo isso. As professoras também nunca falaram desse assunto nas reuniões”. “só fecharam a escola sem conversar com ninguém”, disse André. Maria disse: “não houve diálogo, só fechou”, e José concluiu: “ninguém apareceu para conversar nada”.

As respostas deixam explícito, que nenhuma autoridade política apareceu para dialogar com a população, e muito menos para dar explicações pautadas em argumentos legais para assegurar o ato do fechamento da escola. Esse descaso com a Educação do Campo deve ser enfrentado pelas comunidades, os camponeses devem se organizar para resistir a tal medida impostas pelas autoridades políticas. Eles devem buscar aliados, o Ministério Público, por exemplo, para quem devem apresentar denúncia. Neste sentido, concordamos com Albuquerque (2011, p .11), ao enfatizar que a luta “contra o fechamento das escolas

tem se constituído como expressão de luta dos camponeses, de comunidades contra a lógica desse modelo capitalista neoliberal para o campo”.

Perguntamos sobre as justificativas dadas pelos representantes municipais, prefeito e/ou Secretaria de Educação pela qual a escola seria fechada, os sujeitos da pesquisa ressaltaram que não houve esclarecimento formal para tal ato. Maria diz: “não, não, minha filha, não apareceu ninguém aqui no povoado ao menos pra dizer em nossa cara que a escola iria fechar!”. André respondeu o seguinte: “mulher, essas coisas de política, só vem jogados para nós. Eles [políticos] não perguntam se nós achamos ruim ou bom, não! ”. Antônia acrescentou: “nem ouvi ninguém falar nada, minha filha! ”. Josefa argumentou: “eu mesma não fiquei sabendo de nada não, olha, quem se importa com a gente?!”. Por fim, José disse: “ouvi naquele tempo umas pessoas comentarem que os alunos eram poucos”.

Em conversa com os moradores da comunidade, eles disseram ter ouvido comentários de que em algum tempo não seria mais ofertado o ensino na comunidade sob alegação de não ter alunos suficientes para o funcionamento da escola. Podemos perceber através de reportagens, por exemplo, que em muitos lugares do Brasil, escolas do campo se fecham sob essa alegação. Mas alguns autores se opõem a essa justificativa. Para Leal, e Júnia (2010, p. 2) *apud* Santana (2010, p. 3) “já consultamos o MEC diversas vezes sobre isso e não existe um número mínimo de alunos para que se mantenha uma escola”.

A respeito de ações de resistência contra o fechamento da unidade escolar, poucos falaram em contestar o ato por parte do governo local, uns por conta de medo, outros para não se oporem as designações de seu partido político. Antônia declarou: “teve umas pessoas que queriam ir atrás, outras reclamaram, reclamaram, mas na hora de reunir todo mundo para falar com o prefeito, deram para trás”. Os demais sujeitos disseram: “se é de parar de estudar, é melhor mandar os meninos para estudar para rua mesmo [cidade]” (JOSEFA); “ninguém aqui na comunidade gostou, mas também não foi atrás! ” (MARIA); “o povo aqui, é um povo desunido. Ninguém que que enfrentar nada não, reclamar todos reclamam, agora agir” (ANDRÉ); “de boca, ouvi umas mães valente, agora para se juntar todo mundo para ir falar com o prefeito! É pouca que tem coragem” (JOSÉ).

Com base nas falas dos sujeitos, podemos dizer que os moradores não têm consciência do poder que suas vozes podem ter, da importância de protestar, de

reivindicar e, principalmente, a importância da organização de um grupo unido com os mesmos objetivos, em busca de seus direitos.

Percebemos a partir dos discursos que os moradores não se unem para reivindicar que o direito à educação escolar seja garantido na comunidade em que vivem. Josefa disse ainda: “ninguém se interessou para ir atrás. Aí, infelizmente, o jeito foi matricular os meninos na rua mesmo (cidade)”. Os camponeses devem se organizar para lutar contra a negação deste direito social.

Assim, é preciso que os camponeses organizados por meio dos movimentos sociais continuem a resistir, lutar e reivindicar a implementação de políticas públicas de Estado, de modo a superar as políticas de governo, instituídas via programas, projetos, decretos, impulsionadas pelas reformas estatais, ocorridas principalmente nas últimas décadas (80, 90, 2000), sob orientação de questões políticas e econômicas, que não atendem, de fato, às suas demandas históricas, em particular, aquelas ligadas ao acesso e posse da terra, ao trabalho e a educação escolar. (SANTOS, 2012, p. 63).

Com relação ao local para onde os alunos seriam levados foi possível perceber que não houve diálogo e acordo entre a Secretaria de Educação e os moradores da comunidade (pais ou responsáveis), isso ficou explícito pelo tom que saíam as palavras, o sentimento de revolta; talvez por não terem feito naquele tempo um movimento de resistência, de oposição a esse ato.

Antônia relatou: “olha minha filha, não falaram para nós, nem que a escola ia fechar! Eu mesma, fiquei sabendo a escola que meu filho ia estudar, quando fui fazer a matrícula na Secretaria! ”; “podia dizer que estudavam dentro de casa, aí agora tem que ir correndo risco nesses carros! ”, disse José. “eu não fui informada sobre a escola que eles iriam estudar, também não tive interesse de perguntar na Secretaria! ”, falou Josefa; “aqui em casa mesmo não chegou essa informação! ”, afirmou Maria; “nem fiquei sabendo, e nem fui procurar saber, pra mim o melhor era a escola nem ter fechado, depois disso, fiquei sem muita reação!”, expôs André.

De acordo com as falas, podemos afirmar, em nenhum momento a opinião da comunidade foi consultada para realizar o fechamento da escola. Assim, o direito que garante que crianças e adolescentes devem estudar perto de suas moradias

não é assegurado, como preconiza o ECA, como discorremos anteriormente que na Lei de nº 8069 de 13 de julho de 1990, decreta em seu art. 53, inciso V, “que qualquer criança ou adolescente deve ter acesso a escola pública e gratuita próxima a sua residência”.

Indagados acerca do transporte escolar até a nova escola, se houve acordo entre comunidade e Secretaria, os sujeitos disseram: “lembro que era um carro aberto”, comentou André; “bem, no tempo que os meus estudavam, era uma “D-20”. Meu coração ficava na mão, mas parar de estudar era pior”, relatou José; “lembro que o meu ia num carro aberto. O pior que não tinha capota, aí tinha uns meninos que era um empurra-empurra, eu só pensava no pior! ” (Antônia); “ah! Era uma aflição e tanto minha filha, o carro lotado com um monte de menino! ”. (Josefa); “acho que era um carro aberto, uma d-20 eu acho! ” (Maria). O José ainda acrescentou “hoje melhorou bastante, os meninos vão a maioria no ônibus, mas ainda tem uns carros abertos”.

De acordo com as falas dos sujeitos fica notório que o transporte não oferecia segurança e conforto para os alunos, ainda que exista uma política de transporte escolar do governo federal destinada aos estados e municípios. Segundo Molina (2015), a política de transporte escolar dos estudantes do campo é estruturada por meio de programas: O Programa Nacional de Transporte Escolar e o Programa Caminhos da Escola. O Programa Nacional de Transporte Escolar tem

[...] o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e organizações não-governamentais para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais (FNDE, 2010 apud MOLINA, 2015, p. 390).

Ainda segundo a autora, o Programa Caminhos da Escola foi criado em 2008, com o objetivo de

Renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica no campo, nas redes estaduais e municipais (MOLINA, 2015, p. 390).

Mesmo com a existência de tais programas, um grande número de estudantes do campo brasileiro são transportados em veículos irregulares, precários e sem o mínimo de segurança. É frequente o número de acidentes, alguns com vítimas fatais. Em locais de difícil acesso, estudantes precisam percorrer grandes distâncias a pé. Tanto a ausência de transporte, quanto a falta de qualidade dos mesmos, podem comprometer o rendimento escolar dos estudantes, devido ao cansaço que muitos chegam nas escolas. Neste sentido, se faz necessário que os trabalhadores camponeses exijam que as instituições fiscalizadoras cobrem e punam os governantes que descumprem a lei.

Quando indagados sobre como avaliam o fechamento na comunidade da escola, os sujeitos da pesquisa apontaram: “só teve ponto negativo, porque os meninos ficam longe de casa desde quando vão pra creche e aumenta a preocupação dos pais tanto no transporte quanto deixar eles longe de casa”, falou Maria; “não tem ponto positivo num caso desses, minha filha, a comunidade toda perdeu com isso!”, expôs José; “olha, só em pensar que os meninos poderiam estar estudando dentro [perto] de casa, dá uma revolta na gente”, ressalta Antônia; “ruim, porque tem crianças de creche que desde cedo têm que ir em carros e nós ficamos preocupados”, enfatizou André; “eu tenho duas filhas na idade de estudar, mas não confio em botar minhas filhas em cima de carro. Se no ano que vem eu tiver como ir deixar e ir buscar, eu boto elas para estudar”, proferiu Josefa.

Fica evidente os impactos negativos provocados pelo fechamento da escola para a comunidade, é inegável o descontentamento de tal medida para comunidade, especialmente o caso das crianças em idade escolar, que não estudam por conta das péssimas condições do transporte que é oferecido. Cabe ressaltar que este não é um caso isolado, muitos pais de crianças de 4 a 7 anos de idade, não confiam em deixar seus filhos saírem de casa em um automóvel superlotado e muitas das vezes irregular. A saída que alguns pais encontram é morar na cidade para que seus filhos estudem.

É nítido o descaso do poder público e dos governantes com as escolas do campo, suprimindo os direitos do homem camponês de ter acesso à educação no campo, sem precisar ir a outro local para estudar. Isso causa, além de outros aspectos, um enfraquecimento na cultura e no modo de produção dos povos campo, como é o caso da agricultura camponesa. Neste sentido, concordamos com Hilário *apud* Albuquerque (2001, p. única), que consideram,

O fechamento das escolas no campo nos remete a olhar com profundidade que o que está em jogo é algo maior, relacionado às disputas de projetos de campo. Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócios – agronegócio – que tem em sua lógica de funcionamento pensar o campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola. (Hilário apud Albuquerque, 2001, p. única).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos essa pesquisa com o objetivo de investigar como se deu o processo de fechamento de uma escola situada no campo em Jaicós-PI, trazendo como sujeitos de pesquisa os moradores da comunidade, além da consulta em pesquisas realizadas por estudiosos da temática e em documentos sobre as leis que normatizam o fechamento de escola e, também, os procedimentos legais durante esse processo.

De acordo com os dados da pesquisa, identificamos que não houve diálogo com a comunidade e não foram apresentadas justificativas formais e legais para que houvesse o fechamento da escola, tal processo se deu de forma autoritária.

Verificamos que não houve ações de resistência por parte dos trabalhadores para que a escola não fosse fechada, que não foi garantido transporte com as condições ideais para o deslocamento dos alunos, conforme assegura a legislação vigente. Além disso, constatamos os impactos negativos e o descontentamento da comunidade com o fechamento da escola.

O fechamento da escola, demonstra o quanto os direitos sociais dos trabalhadores campo ainda é negligenciado, com isso o poder público proporciona atrasos na educação, economia e cultura desse povo. Ademais, temos acordo com Santos (2012, p. 59) ao afirmar que “o fechamento das escolas representa um retrocesso para Educação do Campo, pois esta defende, num dos seus princípios, a existência de escolas nas comunidades camponesas”.

A partir da pesquisa confirmamos nossa hipótese de que o fechamento das escolas do campo está relacionado ao modelo desenvolvimento capitalista no

campo, pois segundo Molina (2015, p. 388) precisamos “Compreender que o fechamento das escolas integra o intenso processo de desterritorialização dos camponeses, acelerando a liberação de mais terras para a nova lógica de acumulação do capital no campo, representado pelo agronegócio”.

Diante da problemática, propomos algumas medidas para seu enfrentamento: O poder público, por exemplo, deve fiscalizar o cumprimento das leis que asseguram existência de escolas nas comunidades em que os estudantes residem; A comunidade precisa ter voz ativa, é preciso formar um movimento organizado com os trabalhadores do campo com objetivos de resistir e combater as políticas de fechamento das escolas do campo; A comunidade deve lutar ainda pela garantia dos demais direitos sociais (reforma agrária popular, moradia, saneamento básico, saúde, trabalho, lazer, entre outros) que garantam os camponeses viverem dignamente no campo.

Por fim, esperamos que este trabalho sirva de orientação para os moradores da comunidade, gestores municipais e demais sujeitos que têm a finalidade e superar a problemática em questão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. F. **“Fechamento de 24 mil escolas do campo é retrocesso”, afirma dirigente do MST.** 2011. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/6734/>>. Acesso em: 20 out. 2018
- ARROYO, G. M. et al. **Convergências e tensões no Campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- ARROYO, M, G. CALDART, R, S. MOLINA, M, C. (Orgs). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BORGES, D. G. **O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí.** Florianópolis: 2017.
- BRASIL. **ECA 2017- Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: 2017.
- _____. **Lei de Diretrizes de Base- LDB.** 7ª ed. Brasília: 2012.
- _____. **Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.** Diário Oficial da União. Brasília: 2010.
- _____. **Lei de nº 12. 960 de 27 de março de 2014.** Brasília: 2014.
- _____. **Panorama da educação no campo:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: 2007.
- _____. Portaria 391/ 2016. ed. Brasília. 2016
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Edital de Convocação nº 09, de 29 de abril de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 30 abr. 2009. Seção 3, p.57-59.
- CALDART, R. S. et. al (Orgs.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. **Educação do Campo:** notas para uma análise de percurso. Rio de Janeiro: 2009.
- _____. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete. et al. **Dicionário da educação do campo.** 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FERNANDES, B. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). IN: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo.** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GORDEN, F. S. A. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 2011.

LEAL, L; JÚNIA, R. **Escolas rurais no Brasil: um retrato** Demandas e projetos para escolas de zonas rurais são discutidos por movimentos sociais, trabalhadores, estudantes, pesquisadores e poder público. 2010.

MOLINA, M. C. ROCHA, M. I. A. **Educação do Campo: História, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO**. Brasília: 2014

_____. **A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Brasília: 2015.

MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). **Mais de 4 mil escolas fecham suas portas em 2014**. Disponível em:< <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>.> Acesso em: 13 de out. 2018.

PERIPOLLI, O, J. ZOIA, A. **O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas**. Mato Grosso: 2011

RESENDÓ, José. **O homem do campo**. Disponível em:
<<https://sitedepoesias.com/poesias/33658>, às 21:13hrs.> Acesso em: 21 de set. 2018.

SANTOS. C. E.; F. PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. B. C. Concepção de Educação do Campo. IN: TAFFAREL, C. Z; JÚNIOR, Cláudio; ESCOBAR, Micheli (Orgs.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: Editora, 2010.

SAVIANI, D. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, [1980] 2013.

SANTOS. C. A. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Incra; MDA, 2008.

SANTOS, J. S. **Classe multisseriada: uma análise a partir de escolas do campo do município de Coronel João Sá/BA**. São Cristóvão- Bahia: 2012.

TAFFAREL, C. Z. **A Educação do Campo e seus principais problemas**. Disponível em: <<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br>>. Acesso em:14 de fev. 2018.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

TAFFAREL, C. Z ; SANTOS JÚNIOR, C.; ESCOBAR, M. (Orgs.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: UFBA, 2010.



APÊNDICE A- DECLARAÇÃO DE SIGILO ÉTICO-CIENTÍFICO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE
BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



DECLARAÇÃO DE SIGILO ÉTICO-CIENTÍFICO

Eu, _____, graduanda pelo Núcleo de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, sob matrícula de nº _____, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o uso do conteúdo das entrevistas realizadas junto à _____ tem a finalidade exclusiva de atender aos objetivos acadêmico-científicos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em construção, conforme foi mencionado nas orientações e nos esclarecimentos prévios e, em proteção à imagem e a não-estigmatização dos sujeitos entrevistados, utilizaremos codinomes ao referenciar o seu conteúdo.

Jaicós- PI, ____ de maio 2018.

Miriam de Jesus Costa
Graduanda – Núcleo de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza (LEDoC)
Matrícula nº 20149133929



**APÊNDICE B-TERMO DE CONSENTIMENTO
ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE
BARROS –CSHNB CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA
NATUREZA**



TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu _____
_, RG.: nº _____, residente e domiciliado à

_____,
autorizo a transcrição do conteúdo da entrevista concedida à graduanda Miriam de Jesus Costa para fins acadêmico-científicos, conforme foi esclarecido na declaração de sigilo ético-científico, a qual me foi entregue, devidamente assinada pelo pesquisador.

Jaicós-PI, ____ de maio de 2018.

Entrevistado (a)

Codínome para publicação: _____



APÊNDICE C- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como se deu o processo de fechamento da escola da comunidade? Houve diálogo entre a Secretaria de Educação e a comunidade em que encontra-se a escola?
2. Quais foram as justificativas apresentadas pela Secretaria de Educação para o fechamento da escola?
3. O órgão responsável garantiu oferta de transporte escolar para os estudantes? Como é feito o transporte dos mesmos?
4. Como a comunidade reagiu ao fechamento da escola? Ocorreram ações de resistência?
5. A comunidade escolar participou da escolha do local da nova escola?
6. Como você avalia o fechamento da escola da comunidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CIÊNCIAS DA NATUREZA



OFÍCIO 006/18
 Picos/PI, 23 de maio de 2018
 Ilmo/a. Sr/a. Pai, Mãe e/ou Responsável

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Pelo presente, apresentamos a acadêmica **MIRIAM DE JESUS COSTA**, devidamente matriculada no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que realizará uma pesquisa empírica tendo como objeto de investigação o fechamento de escolas do campo no município de Jaicós.

Para tanto, precisamos produzir dados sobre o referido objeto de investigação a partir da entrevista, ou utilizar outras técnicas e instrumentos de coleta de dados caso seja necessário. Convém, enfatizarmos, também, que os nomes da referida instituição e dos sujeitos que participarão da pesquisa serão mantidos em total anonimato, no decorrer da realização da pesquisa e da publicização dos dados. Desse modo, esperamos contar com a autorização e apoio de Vossas Senhorias. Espera-se que esta pesquisa possa produzir análises que contribuam com a melhoria da qualidade da educação escolar pública, especialmente para referida comunidade.

Certos do deferimento do pedido, aguardamos a autorização formal e apoio de V. Sas. para a realização deste trabalho, e manifestamos antecipadamente nosso agradecimento, votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Jânio Ribeiro dos Santos

Prof. M.e. Jânio Ribeiro dos Santos
 LEDOC/CSHNB-UFPI
 Orientador



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(x) Monografia
() Artigo

Eu, Miriam de Jesus Costa, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação, **“FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JAICÓS- PI”** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 15 de Fevereiro de 2019.

Miriam de Jesus Costa
Assinatura

Assinatura